



Uso do Contraceptivo de Emergência por Adolescentes

Autor(res)

Albertino Magri Preato Junior

Silvio Washington Luchi

Categoria do Trabalho

TCC

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE LINHARES

Introdução

O uso de contraceptivos orais e de emergência é tema relevante em saúde pública, especialmente no Brasil, país de alto consumo de medicamentos e prática frequente de automedicação. A “pílula do dia seguinte”, composta por altas doses de hormônios semelhantes aos anticoncepcionais combinados, é distribuída pelo SUS, mas cercada de desinformação sobre uso, riscos e efeitos adversos. Entre adolescentes, cuja iniciação sexual ocorre cada vez mais cedo, a busca por métodos emergenciais é comum, muitas vezes sem orientação profissional. O farmacêutico, como profissional acessível, tem papel estratégico na educação em saúde sexual e reprodutiva, promovendo o uso racional de medicamentos e prevenindo consequências negativas. Contudo, estudos mostram que muitas usuárias obtêm informações pela internet ou amigos, evidenciando fragilidades na orientação. Investigar o uso da pílula, suas implicações e o papel do farmacêutico contribui para melhorias na saúde sexual de adolescentes.

Objetivo

Analisar o uso do contraceptivo de emergência por adolescentes, destacando sua farmacologia, riscos e reações adversas, bem como a relevância do papel do farmacêutico na orientação e promoção do uso racional desse método contraceptivo.

Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica integrativa, com levantamento em bases de dados nacionais e internacionais (SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde e Google Acadêmico). Foram selecionados artigos publicados, em sua maioria, nos últimos cinco anos, além de manuais do Ministério da Saúde que embasam a assistência farmacêutica e a regulamentação da contracepção de emergência. O processo incluiu etapas de busca, triagem, leitura crítica e análise dos estudos encontrados. Ao todo, foram identificados 25 artigos, dos quais 10 atenderam plenamente aos critérios de inclusão. O material foi sistematizado em categorias temáticas: fisiologia do ciclo menstrual e mecanismo de ação da pílula do dia seguinte; farmacologia dos anticoncepcionais orais; riscos, reações adversas e automedicação; e atuação do farmacêutico na orientação de usuárias. A metodologia permitiu compilar e comparar diferentes achados, garantindo consistência na análise e amplitude de discussão.

Resultados e Discussão



Estudos mostram que a contracepção de emergência é frequente entre adolescentes e jovens, muitas vezes de forma repetitiva e sem prescrição. A maioria obtém informações por amigos ou internet, e poucas recorrem a profissionais de saúde. Essa realidade evidencia vulnerabilidade, pois o uso inadequado pode gerar falhas, distúrbios menstruais, risco de gravidez ectópica e efeitos como náuseas e alterações de humor. Há controvérsia sobre o mecanismo de ação: parte da literatura aponta inibição ou atraso da ovulação, enquanto outros discutem alterações endometriais, hipótese não comprovada que alimenta mitos sobre efeito abortivo. O farmacêutico tem papel central: quando há orientação, usuárias compreendem melhor a administração e riscos. No entanto, prevalecem práticas sem aconselhamento, revelando lacunas na assistência. O uso deve ser restrito a emergências, acompanhado de orientação, e articulado a políticas que reforcem a educação em saúde sexual e reprodutiva.

Conclusão

Conclui-se que o contraceptivo de emergência é amplamente utilizado por adolescentes, mas muitas vezes de forma inadequada e sem orientação. O farmacêutico é peça-chave na promoção do uso racional, prevenindo riscos à saúde e fortalecendo os direitos sexuais e reprodutivos. Reforça-se a necessidade de ampliar políticas educativas e a atuação clínica desse profissional.

Referências

ANGONESI, D. Dispensação farmacêutica: análise de conceitos e modelos. Rev. Ciênc. Saúde Coletiva, v.13, n.5, p.629-640, 2018. BITTENCOURT, R. A. Avaliação da Assistência Farmacêutica em município do Sul do Brasil. Rev. Bras. Epidemiologia, v.20, n.2, p.310-323, 2017. BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. Método da revisão integrativa em estudos organizacionais. Gestão e Sociedade, v.5, n.11, p.121-136, 2018. BORGES, A. L. V. Práticas contraceptivas entre jovens universitários. Cad. Saúde Pública, v.26, n.6, p.816-826, 2021. BRASIL. Ministério da Saúde. Planejamento familiar: manual técnico. Brasília, 2002. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde sexual e reprodutiva. Cad. Atenção Básica n.26, 2013. GOMES, A. C. C. Pílula do dia seguinte: avaliação do conhecimento. Rev. UNIANDRADE, v.21, n.2, p.82-88, 2019. RANG, H. P. et al. Farmacologia. 7 ed. Elsevier, 2018. ROQUE, C. S. et al. Contracepção em mulheres. Rev. Reprodução Climatério, v.29, n.1, p.13-20, 2017. ZUBIOLI, A. A Farmácia Clínica. 4 ed. Brasília: Cidade Gráfica, 2019.